

REVISTA

DIÁLOGO EDUCACIONAL

periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional



PUCPRESS

A Pedagogia Histórico-Crítica nos 40 anos de redemocratização do Brasil

The Historical-Critical Pedagogy in the 40 Years of Redemocratization in Brazil

La Pedagogía histórico-crítica en los 40 años de redemocratización en Brasil

Vanessa Campos Mariano Ruckstadter ^[a] 

Jacarezinho, PR, Brasil

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

Lucas Teixeira ^[b] 

Araraquara, SP, Brasil

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Rodrigo Sarruge Molina ^[c] 

Vitória, ES, Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira ^[d] 

Curitiba, PR, Brasil

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Como citar: RUCKSTADTER, V. C. M.; TEIXEIRA, L.; MOLINA, R. S.; VIEIRA, A. M. D. P. Título no primeiro idioma do artigo. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, PUCPRESS, v. 26, n. 88, p. 01-14, 2026. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.088.AP01>

^[a] Doutora em Educação, e-mail: vanessaruckstadter@uenp.edu.br

^[b] Doutor em Educação, e-mail: luucas.andre@unesp.br

^[c] Doutor em Educação, e-mail: molinaprof@hotmail.com

^[d] Doutora em Educação, e-mail: alboni@alboni.com

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa contra a mola que resiste
Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
Entre os dentes segura a primavera*

(Compositores: João Ricardo Carneiro Teixeira Pinto / João Apolinário Teixeira Pinto)

Em 2025, o Brasil alcançou o marco oficial de 40 anos do fim da ditadura, com a primeira eleição de civis para a presidência da República em 15 de janeiro de 1985. Esse processo histórico, que movimentou desde guerrilhas até greves, deu início aos prenúncios de uma sonhada “redemocratização”, encerrando - ao menos no plano formal - o ciclo da ditadura civil-militar-empresarial¹ (1964-1985).

Esses eventos históricos colocam aos educadores e aos pesquisadores brasileiros a necessidade de examinar os contraditórios rumos da educação nacional nessas últimas quatro décadas.

Diante desse desafio, o presente dossiê tem o objetivo de reunir investigações que se propõem analisar criticamente esse período sob a ótica das lutas contra-hegemônicas travadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da educação, tendo como eixo norteador as contribuições de todos aqueles que se somam ao processo de construção coletiva da Pedagogia Histórico-Crítica, teoria pedagógica autenticamente brasileira.

O contexto político e econômico que culminou no processo de redemocratização da “República Brasileira” foi marcado por contradições que, àquela época, refletiam as correlações de forças e disputas que ensejou o Brasil na conjuntura de um movimento mais amplo e orgânico do capitalismo, consubstanciado no que alguns autores denominam de “neoliberalismo” (Moraes, 2001, p. 14).

Embora a segunda metade da década de 1970 tenha alimentado um clima “otimista” pela expectativa de abertura democrática, principalmente no contexto do governo Figueiredo (1979-1985), a chamada transição democrática operou sob a lógica da “[...] distensão lenta, gradual e segura” iniciada por Geisel em 1974 (Saviani, 2008). Essa correlação de forças não se pautou pela ruptura com o regime ditatorial que se impusera por meio dos aparatos civis, militares e empresariais desde 1964, mas “[...] fez-se, pois, segundo a estratégia da **conciliação pelo alto**, visando a garantir a continuidade da ordem socioeconômica” (Saviani, 2008, p. 414, grifos nossos).

Assim, a institucionalização da democracia formal não buscou uma ruptura radical com a ditadura imposta em 1964. Pelo contrário, a “Nova República”, instituída formalmente em 1985, foi o resultado de um arranjo político que levou José Sarney à presidência, uma liderança egressa da base de apoio do antigo regime (Saviani, 2008). Essa “conciliação pelo alto” conferiu uma roupagem democrática à manutenção da ordem capitalista, obscurecendo as demandas dos partidos, dos sindicatos de “esquerda” e dos movimentos sociais que se organizavam “por baixo” e buscavam uma reorganização após 21 anos de avassaladora repressão.

Esse clima favoreceu a entrada definitiva dos preceitos neoliberais na gestão do Estado e das políticas educacionais, principalmente na década de 1990, quando a “[...] ascensão de governos ditos neoliberais em consequência do denominado Consenso de Washington” (Saviani, 2008, p. 423), foi responsável por promover reformas educativas em todos os países da América Latina, com exceção de Cuba. Com isso, o Brasil passou a implementar reformas educacionais alinhadas à lógica de mercado. A promulgação da LDB 9.394/96 e a criação dos Parâmetros Curriculares

¹ De acordo com Mattos (2014) o golpe de 1964 não foi um raio em céu azul, nem uma quartelada puramente militar, mas o resultado de uma articulação de classe, que envolveu frações importantes da burguesia brasileira e do capital transnacional. Desta forma, caracterização de ditadura civil-militar-empresarial expressa a natureza do regime, evidenciando que os setores empresariais não foram apenas apoiadores, mas protagonistas do projeto de reestruturação do Estado e de repressão à classe trabalhadora.

Nacionais (PCNs) entre 1997 e 1998 simbolizaram o avanço desse processo que Duarte (2001) define como a hegemonia das "pedagogias do aprender a aprender".

Por um lado, esse contexto sedimentou o refluxo dos movimentos progressistas num âmbito mais amplo e estrutural da política e da economia. Por outro lado, num âmbito mais específico da organização da educação brasileira, ofuscou as pedagogias contra-hegemônicas pela hegemonia neoliberal derivada dos diversos programas instituídos no âmbito Federal e Estadual, resultando na configuração de um conjunto de diretrizes curriculares que Saviani (2008) denominou como uma espécie de "Pedagogia Oficial" do Estado.

A educação brasileira e a dos demais países da América Latina, foram determinadas pelas políticas conciliatórias levadas a cabo desde Paris pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelas políticas de financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Nova Iorque, fazendo avançar a dominação das políticas externas comandadas a partir do Consenso de Washington. Sorrateiramente, os ares do período ditatorial foram transicionando para um clima "brando e conciliatório" das políticas educacionais traçadas no âmbito do Estado, que por sua vez passou a criar mecanismos sofisticados e dissimulados de inserção da lógica privada em detrimento da educação enquanto direito humano inalienável.

À semelhança da classe trabalhadora em geral, os professores foram compelidos a um autoaperfeiçoamento ininterrupto, sob o imperativo do "aprender a aprender", cuja principal característica foi direcionada ao currículo de uma prática pedagógica esvaziada de seu rigor teórico, substituindo os fundamentos da educação pelo pragmatismo espontâneo do cotidiano, referenciada pela lógica flexível do mercado neoliberal. As políticas de formação docente transmutaram-se em modelos de curta duração, pautados pela agilidade e "leveza" da teoria do professor reflexivo, deflagrando um processo de alienação na formação e atuação docente (Saviani, 2008). Paralelamente, a função social da escola para os estudantes foi redirecionada: em vez da emancipação pelo conhecimento historicamente acumulado, a formação passou a focar na adaptabilidade a um mercado de trabalho ultra-competitivo e marcado por crises cíclicas do capital, em que o desemprego estrutural se tornou a regra.

A crise financeira de 2008, marcada pelo colapso do mercado financeiro-imobiliário estadunidense, atingiu o Brasil com força em 2013, provocando diversas manifestações da sociedade civil que, cooptadas pela manipulação ideológica dos meios de comunicação, passaram a ser controladas e pautadas pelas forças políticas de direita em 2015. Em 2016, essas movimentações ganharam contornos agressivos, resultando no impeachment da presidente Dilma Rousseff, um processo midiático, jurídico e político-parlamentar de destituição de um governo democraticamente eleito. Estávamos diante de um contexto histórico que, concomitantemente, significou a destruição da sonhada redemocratização do Estado brasileiro.

Com a vitória das forças golpistas, o novo governo Temer (2016-2019) e Bolsonaro (2019-2023) determinaram a implantação de uma série de novas reformas que colocaram em xeque diversas conquistas da classe trabalhadora, desde a reforma trabalhista (2017) até a reforma da previdência (2019). Após mais de setenta anos da consolidação das leis trabalhistas de Vargas (CLT) e trinta anos da sonhada redemocratização, a chamada "nova direita" bombardeou uma classe proletária desarticulada e que não demonstrou muita capacidade defensiva, com alguns poucos focos de resistência.

Na área da educação, vivemos alguns movimentos de perseguição aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, como foi o famigerado movimento "Escola Sem Partido" (2004-2019). No plano das reformas do Estado, destacam-se a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017).

Nesse novo contexto de crise permanente do capitalismo, tais reformas visam atender aos interesses de um grupo denominado de "reformadores empresariais da educação" (Freitas, 2012). O currículo passou a priorizar o empreendedorismo e as chamadas "competências socioemocionais" (Silva, 2018). A parceria com instituições privadas, orquestrada sob a égide do Estado reformista, favoreceu o protagonismo do setor privado na formulação de conteúdos

psicopedagógicos. A exemplo do Instituto Ayrton Senna, tais organizações têm realizado eventos e ações diversas visando garantir que os alunos incorporem em suas subjetividades valores como a resiliência e a autogestão emocional, tomados como ferramentas para que sobrevivam a um contexto de escassez de direitos.

A partir de 2018 e 2019, a organização da “escola pública estatal”² se reestruturou pela implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio. Mais recentemente, soma-se a crescente militarização dessas escolas, resultado de um processo que, embora tenha sido revogado no âmbito Federal³, passou a ser amparado por dispositivos estaduais, recolocando a continuidade da implementação de escolas cívico-militares no cenário nacional, como é o caso dos estados de Goiás, São Paulo e Paraná.

A soma de toda essa reestruturação da educação escolar brasileira causou grande impacto nos currículos escolares, de modo a direcionar a formação da juventude para um mercado de trabalho ainda mais nefasto e competitivo, marcado por crises conjunturais frequentes e pela ausência de empregos. A formação para o trabalho flexível ganhou evidência em detrimento do trabalho assalariado, que até então era assegurado pela Consolidação das Leis Trabalhistas e pela outrora sonhada “carteira de trabalho assinada”.

Passados 40 anos do processo de redemocratização, estamos vivenciando em 2025 as consequências dessa reestruturação política da educação brasileira marcada pelo reformismo, que somada à crise pandêmica de COVID-19, tem instituído a reorganização dos currículos das “escolas públicas estatais” e de ensino superior, cuja característica principal tem sido a deflagração do processo de privatização, plataformização e financeirização da educação brasileira. No caso específico do estado do Paraná, por exemplo, o “Programa Parceiro da Escola” tem um plano de terceirização implementado a partir do ano de 2025 que visa entregar a gestão administrativa das escolas (manutenção, alimentação e limpeza) para empresas privadas. Além disso, ao lado do Estado de São Paulo, Paraná avança a passos largos na implementação da plataformização do currículo escolar, conferindo grande parte dos recursos financeiros destinados à educação às chamadas *Big Techs*.

É nesse contexto atual de reestruturação da organização política da educação brasileira, em total subordinação à reestruturação produtiva do capital em plena crise estrutural, que este dossiê vislumbra apresentar uma seleção científica de artigos orientados pela concepção contra-hegemônica de educação da Pedagogia Histórico-Crítica, reafirmando a necessidade de disputa pela consciência da classe trabalhadora.

É nesta encruzilhada histórica, 40 anos após o fim da ditadura, que passamos a apresentar os artigos que compõem este dossiê, que buscam com consciência e coragem inventar a contra mola que resiste a partir da Pedagogia Histórico-crítica, segurando a primavera nos dentes em um momento em que o capitalismo não se preocupa mais em ocultar sua natureza nefasta e fascista em relação à educação pública brasileira e aos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Os 19 artigos que compõem este dossiê foram agrupados em cinco categorias temáticas. Essas categorias foram definidas a partir da convergência de seus objetivos, problemas de pesquisa e campos de aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica. Na sequência, apresentamos cada uma delas.

1 - Fundamentos Teóricos e Epistemológicos da PHC: esta categoria reúne quatro artigos que se dedicam à reflexão teórica dos conceitos marxistas fundamentais, abordando a função social da teoria e balanços bibliográficos sobre a produção científica da área. O objetivo é aprofundar as discussões epistemológicas que constituem a identidade da PHC em relação a outras teorias pedagógicas.

² Sanfelice (2005) nos adverte que a principal razão para o uso do termo “Escola Pública Estatal” é denunciar que, na sociedade capitalista, aquilo que denominamos de “pública” é, na verdade, gerenciado por um Estado que não é neutro. Assim, ao adicionar o adjetivo “Estatal” para a denominação de “Escola Pública”, o autor destaca que a escola está aparelhada pelo Estado, que, por sua vez, representa os interesses do Capital. Com isso, Sanfelice nos adverte sobre a necessidade de não nos iludirmos, já que a escola pública no Brasil não é uma “conquista plena” do povo, mas uma instituição do Estado burguês, tal como este texto de apresentação demonstra.

³ Apesar de o decreto nº 10.004/2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) durante governo Bolsonaro, ter sido revogado durante o governo Lula por meio do decreto nº 11.611 de julho de 2023, encerrando a participação Federal direta na implementação do Programa, tal feito deixou um legado para que a militarização das escolas continuasse ocorrendo nas esferas estaduais.

O texto que abre este dossiê e a categoria, intitulado *A função desideologizante da Pedagogia Histórico-Crítica*, de autoria de Maycon Henrique da Silva e Paulino José Orso, apresenta uma reflexão teórico-crítica que retoma, com rigor conceitual, o debate sobre ideologia no campo do marxismo, articulando-o aos fundamentos do materialismo histórico-dialético e da Pedagogia Histórico-Crítica. Derivado de uma pesquisa de mestrado, o artigo propõe explicitar o caráter anti-ideológico dessa teoria pedagógica, compreendendo-a, sobretudo, como uma teoria de função desideologizante no campo educacional. Partindo dos escritos clássicos de Marx e Engels, os autores desenvolvem uma análise do conceito de ideologia, evidenciando suas determinações históricas e sociais e suas implicações para a educação. Em seguida, situam a Pedagogia Histórico-Crítica como uma teoria marxista da educação que assume explicitamente seu posicionamento teórico e político, distinguindo-se das concepções pedagógicas de matriz burguesa, marcadas por perspectivas idealistas, pragmatistas ou tecnicistas. Ao longo do texto, evidencia-se que o caráter desideologizante da Pedagogia Histórico-Crítica não se confunde com neutralidade, mas se afirma como compromisso com a apreensão da realidade em sua totalidade e contradições, contribuindo para a formação da consciência crítica da classe trabalhadora. O artigo reafirma o papel social da educação escolar e da teoria pedagógica na luta pela transformação social, destacando a oposição sistemática da Pedagogia Histórico-Crítica às diferentes expressões do pensamento ideológico.

No artigo *Estudos sobre a prática pedagógica histórico-crítica: um balanço da última década* as autoras Carolina Nozella Gama, Celi Nelza Zülke Taffarel e Joelma de Oliveira Albuquerque dedicam-se à sistematização das problemáticas presentes em teses que investigam a prática pedagógica orientada pela Pedagogia Histórico-Crítica nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A análise tem como horizonte a identificação de contribuições efetivamente comprometidas com a elevação do nível de formação da classe trabalhadora. O estudo parte da compreensão de que a produção acadêmica expressa disputas teóricas e políticas no campo educacional. O texto mapeia as teses que abordam a prática pedagógica histórico-crítica nos anos iniciais, identificando temas privilegiados, instituições de origem, autores e orientadores envolvidos nessas pesquisas. Para além do levantamento quantitativo, as autoras realizam a síntese e discussão dos objetivos, das problemáticas e dos principais resultados apresentados, com ênfase no trato com o conhecimento escolar. Acorado no materialismo histórico-dialético e na Pedagogia Histórico-Crítica como fundamentos teórico-metodológicos, o artigo descreve o percurso investigativo adotado: identificação das fontes, definição de critérios para seleção da amostra, organização do material e elaboração de instrumento de análise, culminando na sistematização das problemáticas investigadas nas teses selecionadas. Os resultados evidenciam maior concentração de estudos na disciplina de Educação Física, seguida por Ciências da Natureza, Língua Portuguesa, Arte e Geografia. Chama atenção a ausência de teses voltadas ao ensino de Matemática e História nos anos iniciais do Ensino Fundamental, configurando uma lacuna relevante na produção acadêmica da área. Ao final, as pesquisadoras destacam a importância da delimitação rigorosa do objeto de conhecimento e dos conteúdos específicos a serem ensinados, como condição para ampliar a apreensão da realidade pelos estudantes. Defende-se que o ensino, orientado pela Pedagogia Histórico-Crítica, deve assegurar a compreensão dos vínculos entre os conteúdos escolares e as finalidades sociais mais amplas, reafirmando o papel da escola na formação crítica e na elevação cultural da classe trabalhadora.

Matheus Bernardo Silva, no artigo *Concepção de mundo e trabalho educativo em tempos de neoconservadorismo: uma reflexão a partir da pedagogia histórico-crítica* propõe-se a explicitar os pressupostos teóricos que fundamentam a centralidade do trabalho educativo no contexto escolar, especialmente diante da disputa entre diferentes concepções de mundo que marcam o cenário histórico-social brasileiro contemporâneo. O autor parte do diagnóstico de que o ideário neoliberal se mantém como hegemonia no campo político e educacional, agravado pela ascensão de tendências neoconservadoras. Tal unidade entre neoliberalismo e neoconservadorismo manifesta-se, entre outros aspectos, no avanço do negacionismo e na difusão de perspectivas que fragilizam o conhecimento científico e histórico. Nesse contexto, consolida-se uma concepção de mundo incoerente ou ingênua, marcada pelo subjetivismo, relativismo e ceticismo. Por meio de pesquisa teórico-bibliográfica, o texto realiza uma análise crítica desse cenário, tomando como referência os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica. A partir desse referencial, problematiza-se a relação entre concepção de mundo e trabalho educativo escolar, compreendendo que a escola não é neutra, mas espaço de

mediação decisiva na formação das consciências. O argumento central sustenta que o trabalho educativo, quando orientado por fundamentos teóricos consistentes e por um projeto formativo comprometido com a transformação social, pode atuar no enfrentamento das concepções dominantes. À luz da Pedagogia Histórico-Crítica, defende-se a necessidade de promover, por meio da educação escolar, a formação e/ou transformação da concepção de mundo dos estudantes, em direção a uma perspectiva crítica, coerente e fundamentada na compreensão objetiva da realidade. Assim, o estudo reafirma o papel estratégico da escola e do trabalho docente na disputa ideológica contemporânea, evidenciando que a formação de uma concepção de mundo crítica constitui tarefa essencial para o fortalecimento de práticas sociais comprometidas com a emancipação humana.

O último texto desta categoria, *Pedagogia das competências versus pedagogia histórico-crítica: formar para adaptação ou emancipação?*, dos pesquisadores Leonardo Carlos de Andrade e Rosimeri da Silva Pereira, desenvolve uma análise crítica acerca das disputas pedagógicas que atravessam o campo educacional contemporâneo. Com base em revisão bibliográfica da literatura especializada e análise documental os autores estabelecem contrapontos entre uma pedagogia hegemônica alinhada ao ideário neoliberal e ao relativismo pós-moderno e uma pedagogia contra-hegemônica comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com a transformação do trabalho educativo escolar em instrumento de luta e emancipação sócio-histórica. O texto identifica que a pedagogia hegemônica, sustentada pela lógica neoliberal, opera por meio de três movimentos centrais: converte a educação em instrumento de empregabilidade; desvaloriza práticas educativas voltadas à socialização do conhecimento científico, artístico e filosófico; e reduz a função da escola à formação de indivíduos flexíveis, adaptáveis e polivalentes para o mercado de trabalho. Nesse quadro, a chamada “pedagogia das competências” emerge como expressão paradigmática de um projeto formativo que privilegia a adaptação individual ao real, esvaziando o potencial crítico da educação. Em contraposição, o texto apresenta a Pedagogia Histórico-Crítica como alternativa teórica e prática. Nessa perspectiva, retoma-se o debate sobre o trabalho como princípio educativo; reafirma-se a centralidade da escola na socialização intencional, sistemática e objetiva do saber historicamente produzido; e projeta-se a formação humana omnilateral como horizonte emancipatório. A educação, assim compreendida, não se limita à preparação para o mercado, mas se orienta para a formação plena dos sujeitos, articulando conhecimento e transformação social. Como síntese, os autores evidenciam o antagonismo entre dois projetos de sociedade e de educação: de um lado, uma pedagogia que adapta, individualiza e relativiza a compreensão da realidade; de outro, a Pedagogia Histórico-Crítica, que assume a tarefa de humanizar, formar criticamente e emancipar os indivíduos, tendo em vista as possibilidades concretas de transformação das condições sociais existentes.

2. Formação Docente e Currículo na Educação Superior e Básica: esta categoria agrupa três estudos que têm em comum o objetivo central de analisar como a PHC é (ou deveria ser) integrada aos currículos de graduação e ao planejamento das atividades dos professores. O foco da discussão está na transição entre a teoria acadêmica e a prática em sala de aula.

O primeiro artigo desta categoria, de autoria de Vanessa Campos Mariano Ruckstadter, Marcela Cristina Gonçalves de Oliveira e Flávio Massami Martins Ruckstadter, apresenta resultados de uma pesquisa dedicada a analisar as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a educação básica, com ênfase particular no planejamento do trabalho docente. Situado no campo das pedagogias de matriz marxista, o texto parte da compreensão de que a Pedagogia Histórico-Crítica se constitui como uma proposta comprometida com a transformação da realidade social e orientada pelos interesses da classe trabalhadora. A partir desse referencial, o artigo problematiza as implicações dessa perspectiva teórica para a organização consciente e intencional do ensino. Em contraposição à lógica neoliberal, que tende a esvaziar o papel intelectual do professor ao reduzi-lo à condição de executor de técnicas e prescrições curriculares, os pesquisadores defendem que o planejamento é uma das dimensões centrais da prática pedagógica. Planejar, nesse sentido, não é um ato meramente burocrático, mas uma atividade que exige sólida formação teórica e domínio dos

fundamentos filosóficos, históricos e metodológicos que sustentam a prática educativa. O artigo apresenta, inicialmente, uma síntese dos fundamentos teórico-metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica. Em seguida, articula esses fundamentos ao processo de planejamento do trabalho docente, evidenciando como a organização sistemática do ensino pode contribuir para a formação humana em sua dimensão crítica e emancipadora. Ao final, os autores propõem uma nova perspectiva acerca do ato de planejar na educação, entendendo-o como momento estratégico de mediação entre teoria e prática, entre conteúdo escolar e prática social, reafirmando o papel do professor como sujeito engajado na construção de uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

No texto *Pedagogia Histórico-Crítica e Formação Docente na Educação Profissional: olhares discentes em tempos de neoliberalismo*, os autores Maria Adélia Costa e Wilson Antonio da Silva examinam as percepções de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) acerca das práticas didático-pedagógicas desenvolvidas por seus docentes, buscando compreender em que medida tais práticas dialogam com os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e com o ideal de formação humana integral. Ancorado no materialismo histórico-dialético como fundamento teórico-metodológico, o estudo adota uma abordagem qualitativa, valendo-se da realização de grupos focais e da aplicação de questionários em dois momentos distintos, nos anos de 2015 e 2025, o que possibilita uma análise comparativa ao longo do tempo. Essa estratégia investigativa permite identificar permanências, avanços e contradições nas práticas docentes no âmbito da EPT. Os resultados evidenciam a persistência de contradições estruturais que atravessam a docência na Educação Profissional e Tecnológica, particularmente a dissociação entre saber técnico e saber pedagógico. As vozes dos estudantes revelaram a coexistência de práticas marcadas pela fragmentação e pela alienação, ao lado de experiências pedagógicas que se configuram como mediadoras e humanizadoras, aproximando-se dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica. O texto destaca, nesse contexto, a centralidade da formação pedagógica como ato político e social, reafirmando que o trabalho docente não se reduz à transmissão de competências técnicas, mas envolve uma intencionalidade formativa voltada à compreensão crítica da realidade. Ao final, sustenta-se que a Pedagogia Histórico-Crítica permanece como referencial contra-hegemônico fundamental para orientar a formação de professores e fortalecer a escola pública como espaço de resistência, produção de conhecimento e emancipação humana.

Para finalizar esta categoria, o artigo *Didática e formação crítica de professores: uma análise dos currículos de Pedagogia sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica*, de autoria de Antonio Wherbty Ribeiro Nogueira, Ana Cristina de Moraes e Cecília Rosa Lacerda, analisa a contribuição da disciplina de Didática para a formação de professores críticos, à luz dos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, nos cursos de Pedagogia de instituições públicas do estado do Ceará. Fundamentado na didática crítica e no materialismo histórico-dialético, o estudo examina as ementas de disciplinas de Didática em sete instituições públicas cearenses, com o objetivo de analisar como se estabelece a relação entre teoria e prática na formação docente. A análise revela que, embora alguns princípios da Pedagogia Histórico-Crítica apareçam de forma pontual, predomina uma abordagem técnica e instrumental, com frágil articulação entre ensino e transformação social. Os autores concluem pela necessidade de maior integração dos princípios da práxis, historicidade, mediação, contradição e totalidade nos currículos de Pedagogia. Defendem, assim, o fortalecimento de uma Didática Crítica que supere o tecnicismo e contribua efetivamente para a formação emancipatória de professores comprometidos com a transformação social.

3. PHC Aplicada às Áreas Específicas do Conhecimento (Educação Física, Ciências, Alfabetização, Educação Especial, Educação ambiental e Matemática): o conjunto de sete artigos desta categoria analisam a contribuição dos pressupostos histórico-críticos em áreas específicas do conhecimento: Educação Física, Ciências, Alfabetização, Educação Especial e Ambiental. O foco central das discussões é a defesa do conhecimento clássico e sistematizado contra o esvaziamento curricular das atuais políticas curriculares.

O artigo de autoria de Vitor Maia Saboia, Francisco Filipe Damasceno Fernandes e José Pereira de Sousa Sobrinho, intitulado *Metodologia crítico-superadora: as influências da Pedagogia histórico-crítica na Educação Física escolar brasileira*, fundamenta-se no referencial marxista e na crítica ao modo de produção capitalista para analisar as influências da Pedagogia Histórico-Crítica na abordagem crítico-superadora da Educação Física escolar. Partindo da compreensão da sociedade dividida em classes, os autores demonstram que a metodologia crítico-superadora incorpora de forma significativa fundamentos do marxismo, como a luta de classes, a lógica dialética, a crítica à sociedade capitalista, a historicidade e a consciência de classe. Evidenciam que essa abordagem se configura como uma expressão da Pedagogia Histórico-Crítica aplicada ao campo da Educação Física. O texto também identifica elementos centrais dessa influência, tais como a adoção do materialismo histórico-dialético como base teórica, a concepção de currículo vinculada à socialização do conhecimento sistematizado, o confronto entre saber científico e senso comum, a valorização dos conteúdos clássicos e o reconhecimento da importância da técnica no processo formativo. O estudo conclui que tanto a Pedagogia Histórico-Crítica quanto a metodologia crítico-superadora podem representar avanços significativos para a educação brasileira e, em particular, para a Educação Física escolar, ao defenderem uma concepção de mundo comprometida com os interesses históricos da classe trabalhadora e com a transformação social.

Em *A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica*, os autores João Otacílio Libardoni dos Santos, Edineide Rodrigues dos Santos e Hermenegildo Moises Nhabanga analisam a Educação Especial na perspectiva inclusiva à luz do materialismo histórico-dialético e da Pedagogia Histórico-Crítica. O estudo bibliográfico evidencia a partir da compreensão da educação como atividade mediadora e da prática social como ponto de partida e chegada da ação pedagógica, que, embora haja avanços no acesso e na permanência de estudantes da Educação Especial, persistem desafios significativos. O trabalho pedagógico é frequentemente limitado por concepções médico-pedagógicas e psicopedagógicas, e práticas como alfabetização por meio de apostilas prejudicam a aprendizagem. O artigo conclui destacando a urgência de valorizar a experiência do professor, considerar suas necessidades formativas e do aprofundamento a partir dos princípios do materialismo histórico-dialético e da Pedagogia Histórico-Crítica para promover uma Educação Especial verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

Na sequência, destacamos o artigo *O currículo de ciências mineiro em esfacelamento sob a determinação da Base Nacional Comum Curricular*, de autoria de Sofia Domingues Carvalhaes e Luciana Maria Lunardi Campos. O texto traz uma denúncia sobre os rumos da educação básica em Minas Gerais após a reforma curricular imposta pela BNCC, utilizando como bússola o materialismo histórico-dialético e a pedagogia histórico-crítica. Por meio de uma análise documental comparativa, o estudo revela o retrocesso deixado pela transição do antigo currículo mineiro para o novo modelo. Os pontos centrais revelados pelas autoras são: a) redução e fragmentação dos conhecimentos científicos previstos no novo currículo; b) aumento do utilitarismo e praticismo na sistematização dos currículos; c) impacto na escola pública com o enfraquecimento das possibilidades de uma formação crítica e emancipadora na rede pública. Assim, por meio da realidade mineira, o trabalho de Carvalhaes e Campos convida professores, pesquisadores e gestores a questionarem: a quem serve um currículo de ciências fragmentado e utilitarista?

Eliane Maria de Almeida e Telma Adriana Pacifico Martineli assinam nosso próximo artigo, intitulado: *Pedagogia Histórico-Crítica: reverberações na Educação Física Brasileira*. O texto celebra as quatro décadas de influência da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) na disciplina de educação física nas escolas, com resultados positivos para a classe trabalhadora. As autoras realizam um resgate histórico e documental, utilizando o materialismo histórico como lente para como a PHC foi o alicerce para a criação da concepção metodológica crítico-superadora, que revolucionou o entendimento da Educação Física no Brasil, quanto nas políticas curriculares cujas orientações se pautam nessa perspectiva, em particular no estado do Paraná. Para além de um costumeiro debate acadêmico, a pesquisa defende o compromisso da Educação Física com a emancipação e o acesso ao conhecimento sistematizado para os filhos da classe trabalhadora.

A seguir, iremos apresentar o trabalho dos pesquisadores Bruna Carvalho e Francisco José Carvalho Mazzeu. Este estudo dedica-se a realizar um levantamento analítico dos trabalhos acadêmicos que discutem a alfabetização sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Através de uma pesquisa abrangente que cobre os últimos 40 anos, foram catalogados mais de uma centena de documentos, com predominância de artigos, dissertações e teses de doutorado. A análise do material permitiu delinear uma linha do tempo que se inicia na década de 1980, coincidindo com a fundação da própria PHC. Observou-se, contudo, um hiato produtivo entre os anos 1990 e 2000. A retomada subsequente concentrou-se, inicialmente, na consolidação das bases teóricas que sustentam o ensino da leitura e escrita nesta vertente. A partir de 2015, a produção científica avançou para o campo prático e metodológico. Destacam-se as seguintes tendências: a tradução e ajuste de metodologias aplicadas em nações socialistas para a realidade educacional brasileira e a incorporação de evidências e estudos vindos da linguística e das neurociências. O artigo encerra não apenas sugerindo novas frentes de investigação, mas fazendo um apelo direto aos pesquisadores da área visando a articulação coletiva da PHC com vistas para seu progresso.

Na sequência, iremos analisar o texto de José Carlos Lima de Souza e Leonardo Kaplan intitulado: *Do trabalho como princípio educativo à Educação Ambiental Crítica: a Pedagogia Histórico-Crítica como possibilidade teórico-metodológica na educação escolar*. Nesse trabalho, os autores analisam o cenário contemporâneo da classe trabalhadora no Brasil, estruturando-se a partir de duas problemáticas centrais. Inicialmente, examina-se a intensa precarização e a superexploração da força de trabalho, fenômenos indissociáveis da condição de capitalismo dependente e periférico do país, cuja economia permanece vulnerável às pressões de potências imperialistas interessadas na exportação de commodities e matérias-primas. Em uma segunda frente, o texto aborda o impacto das crises ambientais, desde as mudanças climáticas até desastres tecnológicos, como os recentes rompimentos de barragens de mineração, que vitimam prioritariamente as camadas populares. A convergência entre um modelo econômico que aprofunda desigualdades sociais e um processo acelerado de degradação ambiental projeta um futuro preocupante para as próximas décadas. Diante dessa conjuntura, a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) é apresentada como uma perspectiva teórico-metodológica indispensável para uma educação escolar de caráter emancipador. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, tal perspectiva oferece à classe trabalhadora e seus descendentes uma alternativa pedagógica revolucionária, capaz de instrumentalizar a compreensão das contradições inerentes ao mundo do trabalho e à crise ecológica no contexto brasileiro.

Por fim, o texto de Beatriz Mamede de Oliveira e Bruno Gawryszewski intitulado *Ensino de Matemática no contexto neoliberal: contribuições da pedagogia histórico-crítica* apresenta as contribuições da Pedagogia Histórico-crítica para o ensino de Matemática que superem os referenciais teóricos multiculturalistas e pseudocríticos da agenda pós-moderna, identificados nas duas principais tendências das pesquisas do campo da Educação Matemática: a Etno-matemática e a Educação Matemática Crítica. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, que considera as principais referências da área nas duas correntes. Para tanto, os autores partem das ideias de Ubiratan D'Ambrosio e Ole Skovsmose, sem perder de vista os pressupostos que configuraram o desenvolvimento dessas duas tendências, e concluem que suas considerações sobre o processo educativo evidenciam sua adesão ao capitalismo como projeto histórico de sociedade e, conseqüentemente, a inocuidade das suas formulações em prol da transformação social. Em contraposição a essas limitações, o estudo apresenta um panorama das bases teóricas e dos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, destacando suas possibilidades contra-hegemônicas para o ensino de Matemática. Com base nas contribuições de Giardinetto (1999; 2021; 2023) e na fundamentação marxista e marxiana, defende-se uma educação matemática voltada aos interesses da classe trabalhadora, comprometida com a formação crítica, a compreensão das contradições sociais e a transformação efetiva da realidade, reafirmando a função social da escola como a de socialização do saber acumulado pelo gênero humano.

4. Resistência Contra-Hegemônica e Políticas Educacionais Neoliberais: este tópico irá se concentrar em 3 artigos que usam as categorias voltadas para a análises da PHC como ferramenta política e histórica. Os artigos focam

na redemocratização, na resistência contra a BNCC, o neoliberalismo e a dependência estrutural, avaliando o papel dos movimentos docentes e sindicais.

O primeiro texto foi publicado por Priscila Ferreira Wolter, que analisa o processo de redemocratização do Brasil. Com marco analítico em 1985, a autora evidencia as disputas entre modelos educacionais de caráter conservador e projetos de viés emancipador. Nesse cenário, a PHC, fundamentada por Dermeval Saviani, consolidou-se como um pilar de resistência contra a educação tradicional e tecnicista, servindo de base para o fortalecimento da consciência da classe trabalhadora em mobilizações sindicais e movimentos sociais. Este estudo realiza um mapeamento analítico, por meio de uma revisão sistemática e meta-síntese qualitativa de 127 produções acadêmicas (1985–2025), para investigar o papel da PHC como práxis contra-hegemônica ao longo das últimas quatro décadas. A trajetória histórica revela que a PHC orientou movimentos grevistas e experiências curriculares pioneiras na década de 1980, além de ter resistido às reformas neoliberais dos anos 1990. No século XXI, sua influência expandiu-se para a formação docente e as ocupações secundaristas de 2015. Mais recentemente, a teoria fundamentou a oposição a retrocessos como a BNCC, o "Escola sem Partido" e o contingenciamento orçamentário do governo Bolsonaro (2019–2022), período marcado por perseguições ideológicas e pelo agravamento das desigualdades durante a pandemia. Conclui-se que, no contexto atual de reconstrução educacional iniciado em 2023, a PHC reafirma sua relevância como referencial indispensável para a reorganização curricular e a defesa da escola pública no Brasil.

Nosso próximo artigo é de autoria dos pesquisadores: Michelle Abraão do Carmo e Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão. Nesse artigo elas analisam as políticas públicas voltadas à Educação Infantil no município de Nova Iguaçu (RJ) sob a ótica da PHC. O estudo busca desvelar as tensões existentes entre a retórica democrática do período pós-redemocratização e a persistente subordinação do Estado brasileiro às diretrizes de organismos internacionais. Fundamentada no método materialista histórico-dialético, a pesquisa examina documentos normativos locais, como o Plano Municipal de Educação (2015–2025), o Plano Municipal para Primeira Infância (2014) e a Proposta Curricular de 2021, evidenciando como tais diretrizes incorporam preceitos de instituições como UNICEF e UNESCO. Os resultados indicam que, embora a Educação Infantil tenha sido consolidada juridicamente como um direito, as políticas implementadas permanecem atreladas a uma lógica neoliberal e tecnocrática, que prioriza a regulação e a eficiência em detrimento da formação humana integral. Conclui-se que a contradição entre a democratização formal e a dependência estrutural reflete o caráter inconcluso da transição democrática brasileira. Nesse cenário, a PHC reafirma-se como um referencial teórico e político indispensável para a resistência docente e para a defesa de uma educação pública, gratuita e voltada à emancipação social das classes trabalhadoras.

Priscila Freitas de Souza e Maria Amélia Dalvi continuam nossas análises acerca da PHC. Essas pesquisadoras nos brindam com o artigo: *Pedagogia Histórico-Crítica e Institutos Federais: fundamentos e disputas no Ensino Médio Integrado*. Nesse texto, compreendemos que a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio reconfiguraram o cenário educacional brasileiro, acirrando disputas teórico-políticas em torno da função social da escola pública e dos objetivos da formação escolar. Nesse contexto, os Institutos Federais (IFs) têm buscado se destacar como espaços de resistência ao sustentarem o Ensino Médio Integrado como política formativa que visa à formação humana integral, em oposição aos princípios, paradigmas, teorizações e práticas que estão em sintonia com o contexto neoliberal, advogando o individualismo, a lógica mercadológica, a parcialidade e a precariedade como incontornáveis. Este artigo tem por objetivo analisar a influência da Pedagogia histórico-crítica (PHC) em formulações teóricas e práticas educativas desenvolvidas nos Institutos Federais entre 2021 e 2025. Para tanto, desenvolve-se uma revisão teórico-bibliográfica analítico-interpretativa, envolvendo cinquenta produções acadêmicas do período. Os resultados indicam que a PHC constitui referencial teórico-pedagógico central na consolidação de propostas curriculares integradas, ao reafirmar o trabalho como princípio educativo, a importância da mediação docente, o conhecimento científico, artístico e filosófico como nuclear e a escola como espaço privilegiado de elevação da consciência crítica. Conclui-se que a apropriação da PHC nos IFs, embora permeada por contradições, desafios institucionais e tensões político-curriculares,

contribui para a disputa de um projeto educativo orientado à emancipação humana e à defesa da escola pública como bem social e direito universal.

5. Tecnologia, Trabalho e Práxis Digital: este quinto e último tópico concentra as discussões mais recentes sobre a plataformação da educação, o avanço das máquinas inteligentes e a infraestrutura tecnológica. O objetivo é pensar a tecnologia não como ferramenta neutra, mas como mediação cultural e campo de disputa de classe.

Gílian Cristina Barros é o pesquisador que investiga os impasses da escola pública brasileira diante da crescente plataformação do ensino e da expansão das inteligências artificiais, fenômenos que tensionam a infraestrutura técnica e a autonomia pedagógica. Seu artigo é denominado: *Contextura Didática: uma práxis tecnológica na perspectiva histórico-crítica*, um estudo que propõe a Contextura Didática (CD) como uma práxis tecnológica que compreende a técnica não como mera ferramenta, mas como mediação cultural e expressão do trabalho humano voltado à emancipação. Utilizando o método dialético-investigativo, a pesquisa de natureza qualitativa articula a análise de políticas públicas, narrativas de professores e experiências formativas ocorridas na rede estadual do Paraná entre 1985 e 2025. A proposta da CD estrutura-se em cinco dimensões formativas: auscultar, contextualizar, entrelaçar, publicar e reescrever, configurando uma didática viva e dialógica que desafia a racionalidade técnica hegemônica. As conclusões indicam que, apesar das pressões da plataformação, a docência se mantém como um campo de resistência epistêmica e trabalho criador. Dessa forma, a reumanização da técnica apresenta-se como um caminho para reafirmar a escola pública como um território de autoria, justiça social e esperança.

Eliane Brunetto Pertile, Lindomar Lindolfo Steffen e Claudimara Cassoli Bortoloto são nossas últimas autoras a serem apresentadas. Elas publicam o texto: *Discussões sobre Tecnologia a partir da Pedagogia Histórico-Crítica*, onde refletem sobre as intersecções entre tecnologia, educação e trabalho. Um trabalho que exige uma análise fundamentada na estrutura de classes da sociedade contemporânea, cujo objetivo central é a reprodução do capital. Sob essa premissa, propõem uma reflexão fundamentada na Teoria Histórico-Cultural acerca das relações entre o desenvolvimento tecnológico e a formação humana. O objetivo principal foi investigar como essa temática é debatida na produção acadêmica vinculada à Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em bases de dados como Periódicos CAPES, SciELO, Google Acadêmico e BDTD, selecionando autores alinhados à PHC que discutem a interferência da tecnologia nos processos de humanização. Os resultados indicam que, embora o volume de publicações ainda não seja expressivo, a PHC oferece fundamentos robustos para desvelar as contradições que permeiam o uso das tecnologias. Conclui-se que o domínio dos recursos tecnológicos e sua aplicação educacional configuram um campo de disputa: de um lado, a necessidade da classe trabalhadora de apropriar-se dos conhecimentos mais avançados para sua emancipação e, de outro, o esforço da classe hegemônica em manter o controle sobre a riqueza produzida.

A segunda parte deste número da Revista Diálogo Educacional, composta por artigos de demanda contínua, compreende sete trabalhos que envolvem diferentes temas relacionados à educação, tais como as condições de exercício da profissão docente em escolas rurais, a saúde mental e a formação docente, as fantasias de determinação do desejo e do currículo, as implicações da cultura digital no trabalho docente, os princípios norteadores para elaboração de um livro didático para o ensino de alemão em contexto acadêmico, as tecnologias digitais no contexto das escolas do campo, a cultura *maker* e práticas de gestão de projetos no ensino de administração.

O autor Juarez José Tuchinski dos Anjos, em *Flagrantes das condições de exercício da profissão docente em escolas rurais do Distrito Federal (1966-1971)*, traz pesquisa de caráter historiográfico para a qual utiliza como fontes históricas as edições disponíveis dos periódicos *Correio Braziliense*, *Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal* e o Diário Oficial *Distrito Federal*. Ao interrogar a imprensa periódica, foi possível identificar exigências específicas para a docência nas escolas rurais do Distrito Federal, entre os anos de 1966 e 1971, como em relação às professoras que

deviam residir na escola: serem solteiras, comprometerem-se a morar no estabelecimento de ensino, destinar 10% de seus vencimentos à Caixa Escolar e cumprir com um regulamento específico, tudo para não criar atritos com a comunidade. Sobre o trabalho dessas professoras, pairava uma série de expectativas: além de ensinar as matérias do currículo escolar, deviam tornar-se referência para a comunidade nos campos da saúde, da assistência social e da agricultura, tendo encargos bem mais pesados e amplos que aqueles dos professores das escolas urbanas. Não obstante essas exigências e expectativas, o trabalho concreto era árduo e precário, com atraso nos vencimentos, inadequação dos espaços escolares e dificuldades de toda ordem para o exercício da profissão.

Adiante, Jucileia Nascimento de Oliveira e Danilo Garcia da Silva, em *Entre métricas e plataformas: atravessamentos e implicações da cultura digital no trabalho docente*, trazem resultados, ainda parciais, de uma pesquisa de doutorado que investiga como a plataforma da educação tem implicado no trabalho docente na Educação Básica, analisando a relação entre a plataforma e o trabalho docente nesse nível de ensino. A pesquisa é de abordagem qualitativa, de cunho teórico-metodológico, estruturada em duas dimensões: a primeira, vinculada à construção de um *corpus* teórico, fundamentado em revisão sistemática realizada a partir do método PRISMA; a segunda, de caráter exploratório descritivo, articulou esses dados aos resultados de uma pesquisa de mestrado já defendida. Por meio da análise de conteúdo, foram identificadas quatro unidades de significação que organizam os dados: redefinição do trabalho docente; avaliação do trabalho docente como dispositivo de controle; plataforma e tecnologias digitais no trabalho docente; e subjetividade e sofrimento no trabalho docente.

O artigo *Desejo, fantasia e currículo das significações à concertinidade*, de Diogo Bogéa e Marcio Francisco Teixeira de Oliveira, fazendo composição com a filosofia de Espinosa e com elementos da teoria psicanalítica, discute as fantasias de determinação do desejo e do currículo. Argumentam que em uma leitura pós-crítica de inspiração pós-estruturalista, admite-se a força dos discursos sobre as políticas curriculares contemporâneas, marcadas tanto pela racionalidade neoliberal quanto pelas abordagens críticas que pretendem enfrentá-la. Por um lado, o neoliberalismo estabelece ideais de eficiência e de sucesso; por outro, vê-se na perspectiva crítica a instituição de outros ideais, como os de igualdade e de bem comum. Essas perspectivas, embora opostas, acabam por convergir no desejo de fixação de ideais, com promessas beatíficas de completude e horríficas de ameaça. Por admitirem a concepção moderna de que os sujeitos são seres racionais e plenamente autônomos, capazes de escolher e de se adequar a fins previamente estabelecidos, argumenta-se que tais perspectivas incorrem na fantasia de *significação* de ideais a serem desejados. Face a essa fantasia, o trabalho articula concepções da ontologia relacional espinosista, segundo a qual o desejo é entendido como dinâmico e marcado pela *concertinidade* das circunstâncias experimentadas.

Em seguida, André Luís Dolencsko e Patrícia Margarida Farias Coelho apresentam o artigo *Saúde mental e formação docente: intersecção entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas inclusivas para a Educação de Jovens e Adultos*, em que propõem analisar como a formação inicial e continuada pode incorporar políticas de saúde mental para práticas pedagógicas mais inclusivas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando suas especificidades emocionais e sociais. Os objetivos da pesquisa foram analisar o tratamento da saúde mental na formação docente para a EJA; identificar estratégias pedagógicas inclusivas que contemplem demandas emocionais dos estudantes; e refletir sobre diretrizes para a integração de políticas de saúde mental na formação de professores. Justifica-se a análise, considerando-se a necessidade de atender estudantes da EJA que, frequentemente, enfrentam evasão escolar, vulnerabilidade social e fragilidades em saúde mental. Com abordagem qualitativa, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de práticas em programas oficiais do Ministério da Educação e de governos estaduais.

Na sequência, Marceli Aquino, em *Developing a Textbook for Teaching German in an Academic Context: Guiding Principles and Thematic Structure of the Zeitgeist Project / Elaboração de um livro didático para o ensino de alemão em contexto acadêmico: princípios norteadores e estrutura temática do projeto Zeitgeist*, apresenta os princípios orientadores do projeto de pesquisa *Zeitgeist*, cujo objetivo é a elaboração de um livro didático para ensino de alemão no contexto acadêmico brasileiro. Esse projeto parte das lacunas evidenciadas nos estudos de crítica dos materiais

didáticos globais, e busca oferecer uma abordagem alternativa que considere as experiências, demandas e realidades locais de estudantes de Letras e futuras profissionais brasileiras de língua alemã. Com base nos princípios norteadores da orientação para o conteúdo, foco na autonomia e da perspectiva crítico-reflexiva e decolonial, propõe um material que incentive o ensino de alemão autêntico, participativo e alinhado às necessidades locais.

O artigo *Tecnologias digitais no contexto das escolas do campo: exercício de mapeamento (2018-2022)*, de Maria Juliana Farias Silva e Marlúbia Corrêa de Paula traz uma análise das produções acadêmicas sobre a temática relativa às tecnologias digitais nas escolas do campo. Com o emprego da técnica de Mapeamento Teórico, foi realizada a análise das produções acadêmicas, o que possibilitou novos entendimentos e compreensão sobre as informações investigadas. O portal utilizado para a coleta de dados foi o Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com foco em artigos de revistas classificadas com Qualis A, abrangendo o período de publicações entre 2018 e 2022.

Como derradeiro artigo, Luciano Trentin e Valéria Becher Trentin, em *Do fazer ao gerir: cultura maker e práticas de gestão de projetos no ensino de administração*, analisam a integração da cultura *maker* e dos conceitos de gestão de projetos organizacionais no ensino superior, numa perspectiva emancipadora. A pesquisa adotou a abordagem qualitativa, com uso da observação participante como técnica de coleta de dados, e teve como sujeitos um professor e seus acadêmicos do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior situada no estado de Santa Catarina. Para análise dos dados foi empregada a microgenética, fundamentada na abordagem histórico-cultural.

Considerações Finais

Após quatro décadas do processo contínuo de redemocratização, o cenário educacional brasileiro revela-se como um território de intensas disputas entre diferentes projetos de classes sociais antagônicas. O conjunto de investigações reunidas neste dossiê evidencia que, longe de ser um período de avanços lineares, os últimos 40 anos foram caracterizados por uma luta de classes, onde prevaleceu uma "conciliação pelo alto" que sacrificou o direito à educação integral e omnilateral dos filhos dos trabalhadores em favor da lógica de mercado e suas diversas pedagogias.

A análise dos artigos deste dossiê demonstra que a Pedagogia Histórico-Crítica permanece como a proposta mais avançada para a construção de uma resistência contra-hegemônica nos marcos do capitalismo. Seja no enfrentamento ao "esfacelamento" curricular imposto pela BNCC, na denúncia da precarização docente sob a lógica da plataforma ou na defesa da alfabetização e da educação especial, a PHC reafirma o compromisso com a socialização do conhecimento sistematizado como condição *sine qua non* para a emancipação da classe trabalhadora.

Conclui-se que, diante da barbárie de um capitalismo que não mais oculta sua natureza nefasta e do avanço de tendências pedagógicas neoliberais, neoconservadoras e neofascistas, a PHC não é apenas uma teoria pedagógica, mas uma práxis de sobrevivência para a humanidade. Os estudos aqui apresentados instigam a continuidade da pesquisa e da ação docente organizada, reforçando que, mesmo em tempos de crises estruturais e ataques à escola pública, é possível "segurar a primavera entre os dentes".

Desejamos que os resultados de pesquisas que integram este número da Revista Diálogo Educacional propiciem excelentes reflexões sobre a educação em nosso país, ao tempo em que agradecemos a todos e a todas que colaboraram para que esta publicação fosse possível.

Referências

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>

MATTOS, Marcelo Badaró. **A ditadura brasileira**: do golpe de 1964 à transição tutelada. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001. 154p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SANFELICE, José Luís. Da escola estatal Burguesa à escola democrática e popular: Considerações Historiográficas. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005 - (Coleção Memória da Educação).

Editor Responsável: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Recebido/Received: 05.01.2026 / 01.05.2026

Aprovado/Approved: 26.01.2026 / 01.26.2026